



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 30/05/2011 às 13:30
Matr.: 47263

CONGRESSO NACIONAL

MPV-534

00015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 30/5/2011	Proposição Medida Provisória nº 534/11
-------------------	---

autor Deputado Pauderney Avelino	Nº do prontuário
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 1º. O art. 1º da Medida Provisória nº 534, de 20 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º. O art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo, no caso dos bens produzidos sob o regime da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e de venda por atacado e a varejo, quanto aos bens produzidos sob o regime da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, sem prejuízo quanto as estes, do disposto no § 12 do art. 3º do da Lei nº 10637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 17 do art. 3º da lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

VI – máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (Tablet PC), mas não superior a 600 cm², que não possuam função de comando remoto, da subposição 8471.41 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 4º Nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos produtos de que trata o inciso VI do caput, deverá constar a expressão “Produto fabricado conforme processo produtivo básico”, com a especificação do ato que aprova o processo produtivo básico respectivo.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A introdução de incentivos fiscais aos produtos de informática deve-se à relevância dada pelo mercado internacional a esses dispositivos.

A Medida Provisória original designou que os “tablets” de mais de 140 cm² seriam beneficiados por esta medida. O que essa emenda pretende fazer é designar um limite: 600cm² para dar limites pautáveis a esta medida. Bem como a estipular os bens a serem beneficiados por esta medida que são sob aqueles regidos pela Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991; a Lei 8387 de 30 de dezembro de 1991 salvo dispositivos impostos em outras leis.

PARLAMENTAR

